

## “Como Se Fosse Da Família”: Ideologia, Subjetividade e Afetividade em “Que Horas Ela Volta?”

**Autoria:** Bárbara Katherine Faris Biondini, Marcos Moura-Paula, Aline Fábila Guerra de Moraes, Deise Luiza da Silva Ferraz

Agradecimentos ao CNPq, à FAPEMIG e à CAPES pelo apoio na realização das pesquisas conduzidas pelo NEC-TraMa – Núcleo de Estudos Críticos, Trabalho e Marxologia –, vinculado ao CEPEAD/UFMG – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais.

### Resumo

Objetivamos analisar o conteúdo constitutivo da subjetividade das trabalhadoras domésticas que reproduzem uma determinada ideologia perpassada pelos elementos da afetividade. Para tanto faremos a análise do filme “Que horas ela volta?” utilizando a técnica de análise fílmica. O uso de filmes na academia é recurso que vem crescendo nos últimos anos, pois, mediante a ficção representada nas películas é possível debater criticamente e refletir sobre temáticas que envolvem o cotidiano. Para isso, discute-se em um primeiro momento a conceituação de ideologia e sua influência na constituição da subjetividade dos trabalhadores. Posteriormente, faz-se uma análise do ser doméstica no Brasil, apresentando a forma como essa atividade se constitui no país. Como método de pesquisa, adota-se a análise fílmica. A partir disso, conclui-se que a subjetividade das trabalhadoras domésticas é construída a partir da ideologia que permeia a relação de trabalho em que esta encontra-se inserida e que as relações estabelecidas na esfera familiar acabam ganhando cunho afetivo, o que, por vezes, impede o desenvolvimento de relações formais de trabalho e reforçam determinadas posições dos trabalhadores em diferentes estratos de classe.

**Palavras-chave:** Afeto. Análise Fílmica. Empregadas Domésticas. Ideologia. Subjetividade.

### Quase da família (uma introdução)

As discussões acerca da temática ideologia não são novas na academia. O que não significa que não devam manter o interesse em seu estudo, tendo em vista sua relevância para compreender e transformar a realidade social (PAÇO-CUNHA; GUEDES, 2015). Como argumentam alguns autores, no campo do marxismo a ideologia tem sido estudada tanto epistemológica quanto ontologicamente (VAISMAN, 2010; RANIERI; SILVA, 2011). No primeiro caso, a preocupação é com a verdade ou falsidade das ideias perante a teoria do conhecimento; no segundo, considera-se muito mais as funções que determinadas ideias possuem ou não na resolução de conflitos sociais, independente de sua veracidade ou falsidade no âmbito da teoria do conhecimento (RANIERI; SILVA, 2011).

Ao considerarmos a questão ontológica, a ideologia só é vista como tal ao cumprir uma função social, o que significa que ela deve servir como meio de conscientização de determinadas práticas sociais (LUKÁCS, 2013). Nesse sentido, essa conscientização é operada em consonância com os interesses da classe dominante promovendo a manutenção ou superação de determinados *status quo* na sociedade (RANIERI; SILVA, 2011). Isso acaba por condicionar a construção da subjetividade dos trabalhadores. No sistema toyotista de produção, por exemplo, é possível observar como a subjetividade dos trabalhadores é produzida também a partir das ideologias, nesse caso, especificamente, empresariais. O trabalhador necessita, em geral, proceder a interiorização dos discursos dominantes. Discursos estes que guardam relativa correspondência com a prática – espaço de excelência da constituição da subjetividade. Salimon e Siqueira (2013) falam do gerencialismo como sendo

uma ideologia por buscar imbuir nos trabalhadores um conjunto de crenças e práticas e afirmam que as empresas formam o lugar ideal para a construção de um espaço “maternal”, no qual os indivíduos desenvolvem uma relação afetiva entre si. Os afetos fazem parte das interações sociais, proveem informações e evocam uma resposta emocional na outra pessoa, estimulando a orientação de seu comportamento (GONDIM *et al.*, 2009).

Nem todo trabalho é desempenhado dentro de empresas, como o caso das domésticas, sobre as quais podemos questionar se sua subjetividade não sofreria a mesma influência com os discursos ideológicos que sofrem os trabalhadores a que aludimos anteriormente. Apesar de trabalharem, o trabalho das domésticas, em geral, não é um trabalho produtivo, tendo em vista que não visa à valorização do capital, conforme nos explica Marx (2013) em *O Capital*. Contudo, o trabalho das domésticas entra na esfera da produção de valor à medida que barateia o custo de reprodução de parte da força de trabalho, mostrando, portanto, que seu trabalho, no atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas, se faz necessário ao movimento ampliado de valorização do valor. Fora das empresas, mas dentro do movimento, esse grupo social não supérfluo na esfera econômica necessita também ter uma subjetividade condizente com os interesses do capital.

Teixeira, Carrieri e Mafra (2014) e Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015) mostram com suas pesquisas que as empregadoras aparecem como verdadeiras mães para as mesmas; os filhos dos patrões são criados como se fossem seus próprios filhos; as domésticas são consideradas, e se sentem, como membros da família. Não seria este também o espaço ideal mencionado por Gondim *et al.* (2009) para o estabelecimento de relações afetivas que orientam comportamentos? Considerando uma resposta positiva, que comportamento está sendo orientado? Ou ainda, quem se beneficia com tal comportamento? Nesse sentido, objetivamos analisar o conteúdo constitutivo da subjetividade das trabalhadoras domésticas que reproduzem uma determinada ideologia perpassada pelos elementos da afetividade. Para tanto faremos a análise do filme “Que horas ela volta?” utilizando a técnica de análise fílmica. O uso de filmes na academia é recurso que vem crescendo nos últimos anos (p. ex., LEITE *et al.*, 2010; PANAYIOTOU, 2010; ARAÚJO; TOMEI, 2012; MATOS *et al.*, 2012; GOMES; MORAES; HELAL, 2015), pois, mediante a ficção representada nas películas é possível debater criticamente e refletir sobre temáticas que envolvem o cotidiano. Devemos considerar ainda que o cinema é um produto cultural que se insere e reflete um contexto histórico e social definidos (OLTRAMARI; SILVA; BORTOLINI, 2016).

Escolhemos o filme “Que horas ela volta?” devido a sua repercussão no país no ano de 2015 ao representar as relações quotidianas de uma parte dos brasileiros. Analisá-lo também se justifica devido ao seu grande sucesso de público e ao impacto causado nas salas de cinema, pelas premiações recebidas no Festival de Berlim, em *RiverRun*, no *International Film Festival*, no World Cinema Amsterdã Festival, dentre outros (ALVIM; MACHADO, 2015; GOMES, 2015; REIS, 2015). Apesar de recente, o filme também já despertou o interesse de pesquisadores. Santos (2015) busca compreender a representação do trabalho doméstico feminino no cinema contemporâneo brasileiro, observando que há um acordo tácito entre patrões e empregadas que ajuda amenizar a tensão constante entre ambos. Oltramari, Silva e Bortolini (2016) analisam o filme mostrando como paternalismo, racismo, dependência e subserviência, que marcam a própria história brasileira, são ali retratados.

Os filmes operam também como elementos mediadores da reprodução ideológica. Nesse sentido, retratar e problematizar uma determinada subjetividade também é um processo envolto na questão das lutas ideológicas estabelecidas entre as classes. Para efetivarmos a análise do filme, portanto, necessitamos apresentar considerações sobre o estudo da ideologia e sua função em termos ontológicos, o que faremos na segunda parte deste artigo. Em seguida, a terceira parte, apresenta uma análise do ser doméstica no Brasil. A quarta parte,

contém o método utilizado e a quinta expõe a análise do filme. As considerações finais aparecem na última parte deste texto.

## Ideologia

No campo do marxismo temos que o fenômeno ideológico existe para dirimir os conflitos sociais (RANIERI; SILVA, 2011). O que não significa existir uma “teoria geral da ideologia”, pois para Marx “o desvendamento crítico das formações ideais se dá não por uma ‘teoria geral das ideologias’, mas pela análise concreta, caso a caso, de toda e qualquer formação ideal particular, sob a universalidade” (VAISMAN, 1996, p. 280). Lukács (2013) é um autor importante para a compreensão da ideologia em termos ontológicos, pois ele não se prende à questão epistemológica para compreendê-la (VAISMAN, 1996, 2010; RANIERI; SILVA, 2011).

Lukács (2013) buscou avançar a teorização marxiana acerca do trabalho como fator ontológico, estudando ontologicamente o ideal e o agir. Para o autor, o trabalho pressupõe um conhecimento, o mais aproximado possível, da rede causal em que é realizado, ainda que sem um conhecimento plenamente perfeito dessa rede, sem deixar de implicar que esse conhecimento seja expresso adequadamente pela linguagem. O conhecimento necessário dos meios para realizar “as finalidades contidas nas posições teleológicas, tem de ser objetivo quanto aos processos materiais sobre os quais incidirá a ação transformadora, para que possam efetivar as finalidades contidas nas posições teleológicas” (VAISMAN, 1996, p. 103).

O trabalho enseja uma posição teleológica<sup>i</sup>, formulada na consciência (momento ideal), que precede sua realização material; do ponto de vista ontológico, há uma divisão entre um ato ideal e outro material (VAISMAN, 1996), porém, não há justificativa ontológica para uma divisão social do trabalho manifestada na divisão intelectual (ato ideal) e manual (ato material) e particularidades distintas do ser. Marx e Engels (2007, p. 35, grifo no original) assentam nessa divisão a possibilidade das ideologias:

A divisão social do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual<sup>ii</sup>. A partir desse momento, a consciência **pode** realmente imaginar ser outra coisa diferente da práxis existente, representar algo realmente, sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras”.

Contudo, como destaca Lukács (2013), essa autonomia da ideia não pode romper a relação desta com sua própria origem, o trabalho. E, nesse sentido, a ideologia deve ser estudada em seu aspecto ontoprático. Para que os homens desempenhem suas posições teleológicas (primárias) na esfera econômica, é necessário que haja posições teleológicas (secundárias) que estão além da esfera econômica, mas das quais esta depende para que se continue a produzir (VAISMAN, 1996).

A existência, pois, dessas posições teleológicas secundárias pode ser constatada mesmo no nível mais incipiente do desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que o processo laborativo coloca aos homens tarefas que só podem ser cumpridas se elas forem acompanhadas por posturas e afetividades adequadas à sua execução. Essa função desempenhada pelas posições teleológicas secundárias é

tanto mais fundamental quanto mais complexa for a divisão do trabalho (VAISMAN, 2010, p. 47).

O costume, o uso, a educação, a tradição, etc. se fundamentam em posições teleológicas secundárias e com o desenvolvimento das forças produtivas vão aumentando continuamente seu raio de ação, terminando por se tornar esferas ideológicas específicas (LUKÁCS, 2013). Conforme Vaisman (1996, p. 107), a concepção lukacsiana de ideologia tem como ponto fundamental de apoio “a noção de homem como ser prático, característica primordial do ser social posta já no ato de trabalho, na posição teleológica e no desencadeamento de causalidades que o envolvem”. Conforme Lukács (2013, p. 465),

A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc*<sup>iii</sup> social dos homens que agem socialmente em sociedade

A ideologia atua assim, indicando modos de ação e conformação dos seres sociais conforme os conflitos sociais que lhes são postos (RANIERI; SILVA, 2011). A ideologia dominante, isto é, aquela que tem por objetivo representar interesses particulares como sendo o de toda a sociedade, combate e empurra ideias alternativas para além da fronteira do imaginável. As ideologias existem porque existem coisas sobre as quais, a todo custo, não se deve pensar, menos ainda falar (EAGLETON, 1997). Como salienta Chauí (2010, p. 114, grifos da autora), “o discurso ideológico é coerente e racional porque entre suas ‘partes’ ou entre suas ‘frases’ há ‘brancos’ ou ‘vazios’ responsáveis pela coerência. Assim, a ideologia é coerente não **apesar** das lacunas, mas **por causa ou graças** às lacunas”. Dessa forma, a ideologia é coerente como ciência, como religião, como pedagogia, como explicação e como ação justamente porque não diz tudo, não por que não se queira dizê-lo, mas porque não pode dizer tudo (CHAUÍ, 2010).

Como a ideologia dominante nos criaria uma barreira, poderíamos sentir que há algo sobre o qual deveríamos pensar, mas não fazemos ideia do que seja (EAGLETON, 1997). A dominação real é justamente aquilo que a ideologia busca ocultar, fazendo com que os indivíduos creiam que suas vidas são como são devido à ação de certas entidades (a Natureza, a Razão, etc.) que existem em si e por si, sendo legítimo submeter-se a elas (CHAUÍ, 2010). O modo imediato do **aparecer** (o fenômeno) social, na ideologia, é considerado o próprio **ser** (a realidade social) (CHAUÍ, 1981). Esse aparecer não significa aparência no sentido de falso, mas “aparência no sentido de que é uma maneira pela qual o processo **oculto**, que produz e conserva a sociedade, se **manifesta** para os homens” (CHAUÍ, 1981, p. 19, grifo da autora). Conforme Chauí (1981, p. 21), mediante a ideologia “são montados um imaginário e uma lógica de identificação social com função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, e enquanto particular, dando-lhe aparência do universal”. Imaginário não significa fantasia ou irrealidade, mas sim um “conjunto coerente e sistemático de imagens e representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta” (CHAUÍ, 1981, p. 21).

Consideremos, a partir do exposto, a forma salário, que encobre a divisão da jornada de trabalho entre trabalho necessário e trabalho excedente (MARX, 2013; FREITAS, 2015). Para o capitalista, o pagamento de salário é de todo justo. Como Marx (2013) analisou, economistas clássicos acreditam no mesmo. Ocorre que a forma salário está sendo usada na

mediação entre capital-trabalho, atenuando eventuais tensões e mantendo a exploração dos trabalhadores, ainda que seja propagada como justa e lícita. O que podemos questionar é como esse tipo de situação ocorre dentro dos próprios estratos da classe trabalhadora, daqueles trabalhadores considerados produtivos e os improdutivos, como o caso das domésticas, que analisaremos adiante seu lugar nas relações de trabalho e de valorização do capital.

### **O ser doméstica na contemporaneidade: breves considerações**

O lugar da empregada doméstica<sup>iv</sup> na nossa sociedade é fruto de inquietações, pois estas estão circulando como trabalhadoras na esfera privada do lar. Um lar que não é o seu. Nesse sentido, como colocam Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), o fato do trabalho “[...] ser realizado no espaço da casa, lugar privado, já reduz sua distinção dentro da sociedade.” (p.164). Contudo, mesmo não sendo visto de forma “distinta”, há mais de 6,1 milhões de trabalhadoras nesta condição, recebendo um dos salários mais baixos (cerca de R\$509,00) se comparado a outras categorias, conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – (2013).

Entretanto, este considerável número de trabalhadoras não garante o reconhecimento de suas atividades como trabalho, chegando em alguns casos a ser considerado como não trabalho ou subtrabalho. Segundo Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), devido a discussões surgidas na sociologia estadunidense dos anos 1950, em que se afirmava que o trabalho, as profissões, são aquelas que possuem conhecimento técnico científico, sendo, desse modo, o trabalho realizado pelas domésticas caracterizado como uma ocupação. Contudo, uma alternativa a esta condição surgiu em 2013 com a aprovação da chamada “PEC das Domésticas”<sup>v</sup>, garantindo a estas trabalhadoras direitos trabalhistas assegurados por lei, a exemplo de jornada de 8 horas diárias e máximo de 44 semanais, pagamento de horas extras, etc. (DIEESE, 2013). Criando assim uma possibilidade da identidade de classe às domésticas que, embora não estejam diretamente envolvidas no processo de produção do valor, como já mencionado, devem ser consideradas no processo ampliado de valorização, sobretudo quando a compra dessa força de trabalho é efetuada por outro trabalhador. Vale destacar que empregar força de trabalho não torna o empregador um capitalista (MARX, 2013).

Ferraz (2013, p. 82) realiza essa discussão usando como exemplo os trabalhos realizados por mulheres da classe trabalhadora para outras mulheres também trabalhadoras, como o serviço de babas, e afirma que as primeiras “atuam como mecanismo direto de barateamento da força de trabalho, pois o labor realizado por elas [...] funciona como um mecanismo que alavanca a exploração por via da diminuição dos custos de (re) produção da força de trabalho. Ainda segundo a autora, esta atividade também libera o Estado dos custos destinados a demanda por escolas infantis, abrindo caminho para o deslocamento das verbas do fundo público aos setores industriais da economia (FERRAZ, 2013).

Assim, mesmo com a aprovação daquela lei, o lugar das domésticas ainda é debate conflituoso no que tange ao seu lugar na estruturação das classes. O que dizer então dos aspectos da esfera cultural e afetiva que condicionam a subjetividade das empregadas domésticas? Afinal, como afirma Melo (2015), mesmo com garantias legais, elas ainda são tidas como posses dos patrões, os quais possuem protagonismo nesta relação. Ademais, as relações das trabalhadoras domésticas com seus empregadores são marcadas por interpessoalidade e familiarização, contribuindo para a sua descaracterização enquanto profissionais (OIT, 2006), pois são consideradas como “da família”. Pensando historicamente a profissão, remetemo-nos a questão da abolição da escravatura, que, no Brasil, deixou milhares de seres humanos economicamente à deriva. Se a abolição rompeu o vínculo de trabalho entre senhor-escravo, não rompeu o sentimento de posse (possuir um escravo). Nesse

contexto, as descendentes de mulheres que foram escravizadas tornaram-se empregadas domésticas, sendo essa a principal fonte de sustento das mesmas e suas famílias. Ainda hoje, presenciamos a manutenção de uma espécie de herança profissional nas famílias negras e empobrecidas. As negras empregadas acabam por fazer parte do cenário da família burguesa no país (DIEESE, 2013; TEIXEIRA; CARRIERI; MAFRA, 2014; TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015). Assim a empregada doméstica é da família, não por relações consanguíneas ou afetivas, mas porque em função da troca da força de trabalho por um salário, em geral baixo, e um “teto”, ocupa a casa sendo “da família” quase como os modernos animais de estimação, com o perdão da analogia. Afinal, até os lindos bichanos são como se fossem da família, mas a mercê do abandono quando não as servem mais, como frisa Locatelli *et al.* (2015). Assim, o “da” família reflete uma relação social de posse e não de pertença, porém, isso não exclui o elemento presente nas relações sociais: a afetividade.

Um ponto importante na relação das domésticas com o ambiente de trabalho é a afetividade que o rodeia. “Além do contexto social em que vivem, sua atividade invoca sentimentos de afetividade e de familiaridade relativos a outras pessoas e territórios, como a ‘casa dos patrões’, por exemplo” (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 162). A relação com as patroas, na maioria dos casos, é de maternidade, apadrinhamento, sendo estas, como mencionaram Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), consideradas “segundas mães”. Essa afetividade, por vezes, além de retirar o contexto de direitos trabalhistas da questão, ainda incute na subjetividade dessas trabalhadoras a ideia de aquilo é parte delas, repercutindo de forma negativa, como já mencionado, na percepção de empregada doméstica, como profissional. Instala-se, assim, o dilema do ser e não ser, tão bem expresso no “como se fosse”.

O “como se fosse” é uma interjeição sutil de exclusão, pois remete à ideia de que a doméstica está no núcleo familiar, mas não é do núcleo familiar. A relação concreta que permite estar no quase seio familiar é oportunizada pela venda da força de trabalho, mesmo ato que impossibilita o ser da família, embora possa existir afetividade entre os membros da relação mercantil. Desconhecemos casos de famílias que se responsabilizaram pelo cuidado de suas domésticas depois que essas se tornaram incapazes, por força da idade, de desempenharem suas tarefas de trabalho. Ainda que haja exceções, elas somente reafirmam a regra: depois que o valor de uso da força de trabalho da doméstica termina, extingue-se o processo de troca e, o “como se fosse” abre as portas (dos fundos) da casa para a saída desse pseudomembro familiar.

Ainda sobre as relações afetivas, estabelecidas principalmente entre as mulheres e as crianças com a empregada doméstica<sup>vi</sup>, destacamos que elas não excluem a manutenção das relações hierárquicas “com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil” (BRITES, 2007, p. 94). Assim, a afetividade estabelecida nas e pelas relações de trabalho carrega traços dos valores escravocratas para as modernas relações de troca.

Desta forma, “um conjunto coerente e sistemático de imagens e representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta” (CHAUI, 1981, p. 21) institucionaliza as posições exercidas pelos atores dessa relação: por um lado, a empregada, como membro de uma esfera social inferior, internaliza uma relação de bondade por parte dos patrões, a quem deve obedecer; por outro, há as patroas que julgam realizar benfeitorias por empregarem e, muitas vezes, abrigarem as domésticas em suas casas, tratando-as como “se fossem da família”. Ademais, mesmo em um contexto permeado por afeto e intimidade, as crianças acabam aprendendo por meio de informações subliminares como os dizeres dos pais e a disposição dos espaços, a distância social entre elas e as empregadas (BRITES, 2007), de forma que esse tipo de relação é repassada de geração em geração, reforçando o papel

internalizado pelas domésticas, as quais têm sua subjetividade construída a partir dessa ideologia que permeia essa relação de trabalho e mantém as bases para a perpetuação do domínio de uma classe sobre a outra, ainda que media pela reprodução de comportamentos no interior dos substratos da classe trabalhadora. Reprodução comportamental que obstaculiza a identificação de determinados estratos da classe trabalhadora (em geral nominada como classe média) com a classe trabalhadora. Obstaculiza a construção do classe para si. Destacamos, com essa afirmação, a necessidade dos estudiosos da classe, compreenderem a reprodução de padrões comportamentais não como elemento excludente de alguns grupos da classe trabalhadora, mas como veículo ideológico - ideologia na concepção ontoprática - que obstaculiza a exacerbação das lutas entre as classes.

### **Análise fílmica como método**

As análises fílmicas, como recurso acadêmico e didático, vêm crescendo em diversas áreas. Na Administração, por exemplo, é possível encontrar artigos que utilizam desse recurso, tais como os estudos de Leite *et al.* (2010), Matos *et al.* (2012), Rezende e Araújo (2012), Gomes, Moraes e Helal (2015) e Oltramari, Silva e Bortolini (2016). Há também autores que discutem o uso de filmes como recurso de pesquisa, como Philips (1995) e Mendonça e Guimarães (2008), dentre outros.

Dentre os fatores que demonstram a relevância de se analisar uma obra cinematográfica, destacamos: as questões didáticas e as possibilidades de estimular os alunos a refletirem criticamente sobre as temáticas apresentadas (GOMES; MORAES; HELAL, 2015); as questões econômicas e culturais envolvidas na construção dos personagens que compõem as tramas dos filmes (PANAYIOTOU, 2010); e as informações históricas e as críticas a respeito da sociedade e da humanidade (ARAUJO; TOMEI, 2012).

As obras cinematográficas expressam realidades, mentalidades e tensões que, por vezes, podem ter ficado esquecidas na sociedade (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 2012). Os filmes podem ser representações do real, da sociedade que os produz, de seus idealizadores, tornado a observação da vida cotidiana, de determinadas realidades, um elemento com valor estético, uma arte. (LEITE *et al.*, 2010; VANOYE; GOLIOT LÉTÉ, 2012; GOMES; MORAES; HELAL, 2015).

Dito de outra forma, e em consonância com Oltramari, Silva e Bortolini (2016), o cinema tem o papel de “lupa”, ao tornar visíveis os problemas e tabus ainda não enfrentados pela sociedade. Partindo dessa definição, é possível inserir “Que horas ela volta?” dentro dessa perspectiva, pois o filme em questão apresenta o cotidiano de grande parte das famílias brasileiras nas telas de cinema.

A técnica da análise fílmica é uma técnica rica, porém bastante complexa. Requerendo atenção minuciosa aos detalhes. Segundo Vayone e Goliot-Lété (2008), “analisar um filme não é mais vê-lo, é revê-lo e, mais ainda, examiná-lo tecnicamente. [...] Desmontar um filme é, de fato, estender seu registro perceptivo e, com isso, se o filme for realmente rico, usufruí-lo melhor” (p.12), o que significa ser necessário rever os filmes mais de uma vez, buscando identificar pormenores que aparecem sutilmente, extrapolando as primeiras impressões. Além disso, analisar um filme possui alguns obstáculos como, por exemplo, não possuir a homogeneidade da literatura sobre o tema, como observam Leite *et al.* (2010), Vanoye e Goliot Lété (2012), Gomes, Moraes e Helal (2015).

Seguindo as sugestões desses autores, buscamos analisar as cenas do filme em questão a fim de sair da zona do primeiro olhar, podendo dar atenção aos elementos mais minuciosos e, assim, enriquecer nossa análise, de modo a atingir o objetivo proposto. Desse modo, temos em um primeiro momento uma análise minuciosa do filme, destacando cenas, elementos que se fazem pertinentes para o entendimento do todo. Em seguida, buscamos relacionar as cenas

de destaque com a literatura pertinente, fazendo os devidos apontamentos e refletindo sobre eles de forma crítica.

**“Isso aí ninguém precisa explicar não, a pessoa já nasce sabendo o que pode, o que é que não pode.”**

Após as discussões sobre ideologia e o ser doméstica no Brasil, trataremos nesta seção da relação entre estas temáticas e a construção da subjetividade da empregada doméstica a partir do filme “Que horas ela volta?”, a construção de seu modo de ser e estabelecer relações a partir do contexto ideológico em que ela está inserida. A obra analisada é uma produção brasileira do ano de 2015, que mistura drama e comédia e tem a direção de Anna Muylaert. O filme apresenta a história de Val (Regina Casé), que deixa Pernambuco em busca de melhores condições de vida em São Paulo, trabalhando como empregada doméstica na casa de uma família de classe média, trajetória comum entre várias trabalhadoras e trabalhadores que migram conforme movimento de migração do capital.

Na estória, Val, que deixa uma filha em Pernambuco, é responsável por cuidar do filho da patroa, Fabinho (Michel Joelsas), com o qual tem uma relação maternal, próxima a das amas de leite com os filhos dos senhores, no período escravocrata. O espaço vazio afetivo criado pelo distanciamento em relação à filha passa a ser parcialmente ocupado pelo filho da patroa. A reciprocidade afetiva instala-se à medida que a mãe do menino, submetida a uma jornada de trabalho prolongada, se distancia de sua função social de genitora. Aqui, observa-se o que defendem Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), de que a atividade doméstica acaba por invocar “sentimentos de afetividade e de familiaridade”. O mesmo ocorre com Val, que submetida a uma jornada de trabalho que consome praticamente todo o seu tempo, já que vive na casa dos “patrões”, se distancia, inclusive geograficamente, da tarefa materna; embora Val entenda que mandar dinheiro para que a filha fosse criada já era um sinal de afeto e preocupação. Pensamento que não causa espanto, pois, conforme Chagas (2013), o dinheiro é um meio de reconciliar o sujeito com o objeto de sua atividade, “O sujeito mesmo expressa seu ser não em si, mas fora de si, no ter, na posse do dinheiro. Também seus afetos, carinho, desejo, amor, para com os demais se afirmam apenas no dinheiro” (CHAGAS, 2013, p. 78). Afinal, como ser diferente em uma sociedade de relações sociais fetichizadas?

Val, que é supostamente tratada como da família, na prática, ocupa um lugar a margem dessa configuração, ao restringir-se a espaços específicos. Como pontua Brites (2007), embora sejam quase da família, as empregadas têm, em algumas moradias, um quarto para descanso e banheiro exclusivos. Esse quarto muitas vezes serve para a família também depositar objetos que não quer mais ter em sua vista cotidiana. Muitas mães ensinam suas filhas a não usar o banheiro da empregada, pois esta possuiria doenças. As empregadas também devem saber que não devem descansar em locais (ex. quarto da patroa ou dos filhos) ou móveis (como o sofá da sala) destinados à família. Não deixa de causar bastante estupefação em Val, por que não dizer também em Bárbara, quando Jéssica demanda estudar num dos quartos da família, e não no quarto da empregada, por exemplo.

Exemplos claros dos espaços específicos podem ser vistos nas refeições separadas da família; no espaço de descanso a parte da casa, o famoso “quartinho de empregada”; na proibição velada do uso de espaços comuns da casa, como a piscina, etc. Esta lógica dos espaços específicos é corroborada por Brites (2007) como sendo informações subliminares da distância social entre as crianças e a empregada doméstica, ainda que tal relação seja permeada pela afetividade. Desta forma, torna-se claro, como já exposto anteriormente, que a afetividade não invalida a manutenção das relações hierárquicas. Não é por estabelecerem

uma relação de troca - compra e venda da força de trabalho - que não exista a afetividade, tampouco a existência de afetividades entre sujeitos privados invalida a luta de classes.

A chegada da filha de Val, Jéssica (Camila Márdila), quebra a dinâmica em que a doméstica se encontrava, mostrando o quanto as relações em que a personagem vivia são questionáveis. Os espaços não ocupados por Val e as “regras” aprendidas socialmente, tornam-se frutos de indagações que levam a empregada repensar sua condição e abandonar o lar que a “acolheu” durante muitos anos. Jéssica atua como elemento que tensiona as contradições presentes na relação e que estavam ocultos no sistema explicativo da realidade.

A discussão acerca da construção da subjetividade dos trabalhadores permeada pela ideologia pode ter início na exclamação de Val de que a “patroa” é uma “mãe”, devido ao fato que esta se propõe a pagar um colchão para Jéssica. A condição econômica da doméstica é tão precária que lhe falta possibilidades financeiras de adquirir um colchão para a filha. A fragilidade econômica é um elemento que reforça a posição de inferioridade da trabalhadora frente seus empregadores e cria a possibilidade da eterna gratidão. A construção da ideia de ser a empregadora “uma mãe” ocorre devido à condição subalterna em que estas se encontram, condições que decorrem de relações de trabalho nem sequer dignas. As empregadas possuem direitos, pois são trabalhadoras como quaisquer outras, entretanto o imaginário que possuem é de que a relação é sempre pautada por “favores”. Que mãe deixará seu filho dormir no chão se tiver meios para que ele possua um descanso mais adequado? Assim, a “patroa-mãe” doa o objeto necessário à mãe que é empregada, que presenteia a filha recém chegada. Como a ideologia precisa fazer algum sentido, ainda que ínfimo, à experiência daqueles a ela submetidos (EAGLETON, 1997), o gesto de Bárbara (Karine Teles) parece nobre aos olhos de Val, ainda que houvesse quartos disponíveis na casa que poderia fazê-la prescindir do empréstimo do colchão. No entanto, a maternidade da “mãe burguesa” tem limites, a filha de sua “filha trabalhadora” não é digna de ser considerada hóspede. Assim como a “filha trabalhadora” não é digna de banhar-se na piscina da “casa grande”.

Outra cena emblemática do filme ocorre quando Val e Jéssica estão próximas à piscina. Jéssica pergunta a Val se ela, algum dia, nadou na piscina, ao que Val responde com indignação, como se a pergunta fosse o maior dos absurdos, que ela não nadaria “na piscina da casa dos outros”. Aqui, contemplamos a questão de que Val, mesmo morando com os padrões há mais de dez anos, não pode considerar-se como “parte da família” residente naquele local, pois existem apenas momentos determinados em que ela pode assumir esse papel. A discussão de “lugar” levantada por Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015) aparece de forma clara nessa questão. Afinal, qual o lugar das empregadas? São ou não parte da família? Em uma tentativa de resposta, poderíamos dizer que não. As empregadas não são parte da família, elas são “como se fossem”, e aqui, esta interjeição sutil de exclusão é exemplificada novamente, pois além da empregada ser vista “como se fosse” da família, fora dos espaços usuais de circulação, a casa também é apenas “como se fosse” dela. Manter a empregada em uma casa “como se fosse” sua, ou seja, oferecer, além do salário, um lar como troca pela sua força de trabalho, só reforça a noção de que a mesma deve estar todo o tempo disponível para a execução de suas atividades. Eis um benefício que compõe a remuneração atuando como elemento para a expansão da jornada de trabalho.

Em seguida a cena descrita, Fabinho e um amigo dirigem-se a piscina e convidam Jéssica para nadar com eles. Esta, assim como orientada por Val, responde que não nadaria porque não tinha biquíni, internalizando e não expressando o real motivo que a mãe havia lhe explicado. Vale destacar o papel do laço afetivo nessa interiorização. A negação de Jéssica ainda não é para ela um ato de total acordo com seu modo de ser e pensar a realidade social que a cerca, porém, por consideração a mãe e visando evitar problemas para Val, Jéssica submete-se. Entretanto, os garotos a jogam na piscina e os três brincam no local. Brincadeiras

que fizeram vir à tona todo o sentimento de menosprezo que o ideário burguês tem sobre a classe trabalhadora: afinal, Bárbara manda retirar a água que fora contaminada por “rato”. Analogias não são resgatadas sem intencionalidades.

Val discute com Jéssica, manda que ela saia da piscina e, na cena seguinte, ambas estão na rua passeando com o cachorro. Neste momento, Val encontra Raimunda (Luci Pereira), sua amiga que também é empregada doméstica. Raimunda ao saber da atitude de Jéssica, expressa indignação, assim como Val, demonstrando que não se trata de uma forma singular de compreender o mundo e o lugar da doméstica nas relações sociais. E, mais do que isso, essa compreensão não é entendida como um processo social, mas natural, como demonstra o diálogo entre Val e Jéssica, quando esta questiona onde a mãe aprendeu a ser subalterna da forma como o faz e é possível perceber na resposta de Val como esta reproduz comportamentos que retratam a forma como a ideologia burguesa está incutida na mente de trabalhadores:

Jéssica: – Não sei onde tu aprendeu essas coisas, fica falando não pode isso, não pode aquilo. Tava escrito num livro, como é? Quem te ensinou? Chegou aqui, ficaram te explicando essas coisas?

Val: – Isso aí ninguém precisa explicar não, **a pessoa já nasce sabendo o que pode, o que é que não pode**. Tu parece que é de outro planeta.

Ao relatar que “a pessoa já nasce sabendo o que pode, o que é que não pode”, Val externaliza o que as relações sociais antagônicas de classe, na prática de ser trabalhadora, lhe ensinaram: seu lugar na hierarquia social. O vivido – a experiência prática – acrescido da impossibilidade de ter uma compreensão mais totalizada das relações sociais (MÉSZÁROS, 2008) – impossibilidade posta pela complexificação da divisão social do trabalho – torna um elemento de caráter social, natural. Em termos lukacsianos, percebemos que pores teleológicos secundários oportunizam a reprodução dos pores teleológicos primários, fazendo com que as relações de causalidade social apareçam sem a característica social, ou seja, ocorre a naturalização das relações causais sociais. A ideologia de classe presente no imaginário das domésticas, a oposição entre os mundos, entre as distintas classes, é reforçada na sociedade, que a internaliza e reproduz tanto em membros da classe burguesa, como os da classe trabalhadora. E é nesse processo de interiorização das relações concretas (ideias e práticas) que as subjetividades se constituem.

Reforçando a ideologia da distinção entre as classes como um fenômeno natural, temos diversas cenas que apresentam Val como consciente do “seu lugar” e o dos seus padrões. Estas cenas são reforçadas por elementos que se repetem, a exemplo do sorvete, da piscina, da mesa, do quarto de estudos. Existe o sorvete do patrão e o sorvete dos empregados, a mesa dos padrões e a mesa dos empregados, a qual, por exemplo não se pode sentar. No diálogo com sua filha, Val exclama: “Filha de empregada sentar na mesa dos padrões!?” e é respondida por sua filha: “Eles não são meus padrões”. Estes pormenores diários reforçam o que Vaisman (2010), citando Lukács (2013), afirma sobre como os problemas cotidianos são tomados pela consciência mediante as ideologias. Para Val, tomar um sorvete ou se sentar em uma mesa diferente da dos padrões é algo cotidiano que repõem as subjetividades postas. É a prática que realimenta a ideia que lhe foi ensinada de subalternidade, ainda que na presença da afetividade.

Subalternidade com afetividade é um dos mecanismos acionados para a manutenção da exploração, seja no âmbito da fábrica, seja no doméstico. A exploração do trabalho no âmbito doméstico analisado nesse texto, onde não ocorre a valorização do valor, coloca em outros termos o processo de exploração: embora não haja apropriação de mais valor, há

trabalho não pago, como pode ser visto de forma emblemática no trabalho voluntário de Val na festa de aniversário de sua empregadora.

A falsa relação de pertencimento que é criada com a família, e que Teixeira, Carrieri e Mafra (2014) já apontam como prejudicial para as relações de trabalho no sentido jurídico, faz com que Val se sinta na obrigação de servir durante todo o tempo em que permanece na casa dos patrões. Esse sentimento de obrigação compõe o imaginário da classe trabalhadora em geral, afinal, assim como Val, os trabalhadores ouvem insistentemente que “tudo que vocês têm” é graças ao direito que os empregadores deram aos trabalhadores de melhor lhe servirem.

Crença que encontra correspondência com a prática à medida que os trabalhadores possuem dificuldade de reprodução da existência quando não efetivam a venda de sua mercadoria. Porém, é também crença que escamoteia a essência da relação: o capitalista só se produz como capitalista quando não entrega ao trabalhador o equivalente ao valor que este produziu. O salário, em sua manifestação aparente de equivalência, e os pores teleológicos de segunda ordem, que envolvem a afetividade manifestada na forma de gratidão, compõe um campo fértil para a reprodução dos interesses de uma classe enquanto interesse universal.

Abrir nesse campo um espaço para o questionamento de tais interesses necessita de fissuras no cotidiano que coloquem no processo de subjetivação da objetividade existente uma inquietude. Jéssica cumpre esse papel. Jéssica aponta os vazios, as lacunas, que tornavam o discurso coerente (CHAUI, 1981) pondo em dúvida sua veracidade, sua coerência, até então, inquestionável para Val.

### **"Xícaras Roubadas" (Breve considerações sobre os processos de resistências que não emancipam)**

Analisar o filme em questão buscando compreender o conteúdo constitutivo da subjetividade das trabalhadoras domésticas que reproduzem uma determinada ideologia perpassada pelos elementos da afetividade permitiu observar que o ideário capitalista se reproduz sem necessitar romper com todos os elementos do ideário pré-capitalista. Por vezes, parte do último para se alçar como o ideário universal. A função doméstica aparece na história brasileira desde os tempos do império, quando as Sinhás possuíam escravas negras responsáveis, além dos afazeres domésticos como limpar, cozinhar, etc., pelos cuidados dos filhos de seus senhores, estabelecendo uma relação afetiva com estes e recebendo diversos tratamentos a exemplo de “segunda mãe” (vale lembrar, “*The second mother*” é a tradução em língua inglesa dada ao título do filme), “mãe preta”, “ama de leite”, etc. Ao analisarmos o cenário contemporâneo, percebemos que as negras ainda são maioria nessa função, agora não mais como escravas, mas como assalariadas que executam aquelas funções e estão subordinadas a relações trabalhistas, ainda que não plenamente asseguradas pelos direitos trabalhistas conquistados na luta entre as classes. Mesmo com a aprovação da “PEC das Domésticas” pelo Senado e outras tentativas de formalização deste tipo de trabalho, as relações de cunho afetivo – acrescida do medo comum a todos os trabalhadores de serem descartados –, criadas na esfera familiar, permanecem e reforçam a ideologia penetrada entre as domésticas, levando muitas vezes as empregadas a não relevarem o não cumprimento das leis trabalhistas por parte de seus patrões, a estenderem sua jornada de trabalho sem a contrapartida salarial correspondente, etc.

Foi possível, portanto, perceber no filme analisado que há predominância de um sistema de valores e ideias que possibilita a naturalização das relações sociais de exploração e opressão por meio da reprodução de atividades rotineiras perpassadas pela afetividade e sustentadas pelo imaginário comum que possuímos sobre "ser da família".

Esse ideário que se transmuta em ideologia é repassado entre gerações e não é questionado pelas trabalhadoras, tampouco pelas empregadoras. Existe um acordo tácito nessa relação que ajuda amenizar a tensão constante e latente entre patrões e empregadas, mas que não impede pequenas subversões. A saída de Val da casa dos patrões não ocorre sem uma atitude subversiva, - ato comum a quem se sente injustiçado ou ferido em seus sentimentos mais nobres - simbolizada pelo “roubo” de um conjunto de xícaras que ela dera de presente a Bárbara. Val presenteia Bárbara por acreditar na relação afetiva. Val retira de Bárbara o presente, para simbolicamente romper essa relação. Relação que sendo sempre um "como se fosse", apresenta o conjunto de xícaras como uma "quase herança". Se Bárbara questionasse esse ato, D. Quixote lhe responderia:

Tudo isso está muito bem - replicou D. Quixote - mas fiquem os sapatos e as sangrias pelos açoites que sem culpa lhe destes, pois se ele rompeu o couro dos sapatos que vós pagastes, vós lhe rompestes o do corpo, e , se lhe tirou o barbeiro sangue quando estava doente, vós lho tirastes quando estava são; assim, pois, ficando uma coisa por outra, não vos deve nada. (CERVANTES, 2010, p. 81)

Ainda que, em termos marxianos, tal quitação é questionável, recorrer a um texto artístico que questiona um sistema de valores que estava em transformação, trata-se de um licença literária para reforça a crítica que estamos trazendo nesse texto.

“Que horas ela volta?” não é um filme que inova em conceitos estéticos. Sua força está em comover por colocar em xeque o cotidiano. Comove porque coloca a empregada doméstica – como representante da classe trabalhadora – no papel de sujeito da história. Porém, trata-se de um sujeito que rompe parcialmente com as amarras que lhe prendem a condição de pessoa explorada e oprimida. A redenção apresentada no filme, não rompe com o ideário capitalista, questiona valores e hábitos presentes nas relações de trabalho que são remanescentes do pré-capitalismo brasileiro. A suposta emancipação de Val é oportunizada pelo rompimento de sua condição de “ama de leite” – partida de Fabinho para o intercâmbio – e pela possibilidade de ascensão social oportunizada pela qualificação da força de trabalho (aprovação de Jéssica no vestibular da FAU/USP). Portanto, trata-se de uma emancipação virtual. Val, Jéssica e os trabalhadores em geral seguem na luta cotidiana de se reproduzirem como trabalhadores.

O filme desmistifica a posição ideológica midiática que reforça os papéis de afetividade, de submissão, de gratidão e de inferioridade das empregadas. Resta saber quem são as pessoas que têm acesso ao filme. Para quem foi produzido? Que população vai atingir? Seria ele um instrumento que traz a tona novas formas de pensar a condição das empregadas? Para patrões, um reforço de condições que não estão perto de extinguir-se? Enquanto essas questões não são respondidas, um grande contingente de domésticas no país continua a reiterar a condição que lhes foi imposta subjetiva e objetivamente.

## Referências

ALVIM, B.; MACHADO, F. Regina Casé comemora indicação de “Que horas ela volta?” para indicação ao Oscar. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 10 set. 2015. Cinema. Disponível em: <http://goo.gl/oOg8Mu>, acesso em 26 fev. 2016.

ARAÚJO, F. F.; TOMEI, P. A. A ética corporativa e o cenário competitivo: uma análise dos dilemas éticos nas relações de trabalho contemporâneas a partir do filme "O Corte" (*Le*

*Couperet*). **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 3, p. 121-145, jul./set. 2012. doi:10.12712/rpca.v6i3.175

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cad. Pagu**, Campinas, v. 29, p. 91-109, jul/dez. 2007. doi:10.1590/S0104-83332007000200005

CERVANTES, M. O Engenhoso Fidalgo D. Quixote da Mancha. São Paulo: editora Abril, 2010, vol. 1

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/form/ação**, v. 36, n. 2, p. 63-84, maio/ago. 2013.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1981.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2. ed. (13. Reimpressão). São Paulo: Brasiliense, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O emprego doméstico no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, n. 68, p. 1-27, agosto 2013. Disponível em: <http://goo.gl/qX6UqQ>, acesso em 10 dez. 2015.

EAGLETON, T. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, Boitempo, 1997.

FERRAZ, D. L. S. Pelo fim da categoria inclusão/exclusão: a questão do exército de reserva no capitalismo contemporâneo. In: CATTANI, A. D.; DÍAZ, L. M.; COHEN, N. (Orgs.). **A construção da sociedade justa na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013. p. 1-20.

FREITAS, P. A. Trabalho assalariado, capitalismo e alienação: proposições acerca do complexo categorial do trabalho e da alienação. **Revista Espacio Crítico**, n. 22, p. 52-56, primer semestre 2015. Disponível em: <http://goo.gl/PHSZaI>, acesso 23 jan. 2016.

GOMES, K. Que horas ela se revolta? **Público**, Rio de Janeiro, 02 dez. 15. Cultura-Ípsilon. Disponível em: <https://goo.gl/Nyajg8>, acesso em 26 fev. 2016.

GOMES, D. C.; MORAES, A. F. G.; HELAL, D. H. Faces da cultura e do jeitinho brasileiro: uma análise dos filmes O Auto da Compadecida e Saneamento Básico. **Holos**, v. 6, p. 502-519, Dez. 2015. doi:10.15628/holos.2015.2988

GONDIM, S. M. G. et al. Status profissional e gênero na atribuição intercultural de afetos no trabalho. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, v. 10, n. 4, p. 75-99, 2009. doi:10.1590/S1678-69712009000400005

LEITE, N. P. *et al.* Educação tutorial: revitalizando ensino-aprendizagem e pesquisa em administração. **R. Adm. FACES Journal**, v. 9, n. 4, p. 86-104, set./dez. 2010.

LOCATELLI, P. *et al.* Estratégia de Inventar a Vida na Lógica do Trabalho Imaterial: o Acolhimento Temporário de Animais. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E

RELAÇÕES DE TRABALHO, 5., 2015, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Fátima Regina Ney et al . Estudo observacional do comportamento empreendedor de Irineu Evangelista de Sousa da ótica de Filion no filme “Mauá - o Imperador e o Rei”. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, artigo 11, Mar. 2012. doi:10.1590/S1679-39512012000100013

MELO, M. M. Vingança da empregadinha? Um ano-chave para a doméstica na telenovela brasileira. **Comunicologia. Revista de Comunicação e Epistemologia**, v. 8, n. 1, p. 90-111 jan./jun. 2015.

MENDONÇA, J. R. C.; GUIMARÃES, F. P.. Do quadro aos "quadros": o uso de filmes como recurso didático no ensino de administração. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 6, n. esp., p. 01-21, ago. 2008 . doi:10.1590/S1679-39512008000500003.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLTRAMARI, A. P., SILVA, C. S.; BORTOLINI, A. C. S. As relações de trabalho e de classe em “Que Horas Ela Volta?”. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 9., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina**. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2006. Disponível em: <http://goo.gl/Z1nKy0>, acesso em 10 dez. 2015.

PAÇO-CUNHA, E.; GUEDES, L.T. A ideologia nos clássicos brasileiros da crítica marxista da Administração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3., 2015, Vitória. **Anais...** Vitória: Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais. Disponível em: <https://goo.gl/c4DQAM>, acesso em 24 fev. 2016.

PANAYIOTOU, A. “Macho” managers and organizational heroes: competing masculinities in popular films. **Organization**, v. 17, n. 6, p. 659-683, 2010. doi:10.1177/1350508410366275

PHILIPS, N. Telling organizational tales: on the role of narrative fiction in the study of organizations. **Organization Studies**, v. 16, n. 4, p. 625-649, 1995. doi: 10.1177/017084069501600408

QUE horas ela volta? Direção: Ana Muylaert. Produção: Fabiano Gullane; Caio Gullane; Débora Ivanovr; Anna Muylaert. Intérpretes: Regina Casé; Camila Márdila; Karine Teles;

Lourenço Mutarelli; Michel Joelsas. Roteiro: Anna Muylaert. [S.l.]: Pandora Filmes. 2015. DVD (112 min.): son., color.

RANIERI, J.; SILVA, N. R. A ideologia e sua fundamentação no trabalho. **Perspectivas**, v. 39, p. 179-195, jan./jun. 2011.

REIS, L. M. A. Que horas ela volta?: com medo de Jéssica. **Carta Maior**, [S.l.], 25 set. 2015. Cultura. Disponível em: <http://goo.gl/2TIvwq>, acesso em 26 fev. 2016.

REZENDE, J. F. D.; ARAÚJO, M. A. D. Uso do filme Matrix para o ensino da Administração. **Holos**, Natal, v. 4, p. 216-225, 2012. doi:10.15628/holos.2012.1022.

SALIMON, M. I.; SIQUEIRA, M.V.S. Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. **Rev. Adm. (São Paulo)**, v. 48, n. 4, p. 643-657, 2013. doi:10.5700/rausp1111

SANTOS, J. R. “Que horas ela volta?” e “Doméstica” – uma análise da representação do trabalho doméstico feminino remunerado no cinema brasileiro contemporâneo. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 1, p. 334-349, 2015.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organ. Soc.**, v. 22, n. 72, p. 161-178, Jan./Mar., 2015. doi:10.1590/1984-9230728

TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P.; MAFRA, F. L. N. “A bichinha é safadinha”: O imaginário social sobre a empregada doméstica refletido em músicas brasileiras. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 8., 2014, Gramado. **Anais...** Gramado: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

VAISMAN, E. **A determinação marxiana da ideologia**. 1996. 248f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação – Belo Horizonte.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio**. Belo Horizonte, n. 12, ano VI, p. 40-64, out. 2010.

VAISMAN, E.; FORTES, R. V. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 5-28.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Trad: Marina Appenzeller. 5 ed. Campinas: Papyrus, 2008.

---

<sup>i</sup> Cumpre-nos explicar o que é uma posição teleológica, terminologia disseminada incorretamente a partir da tradução italiana de Lukács, que usa, na verdade, “pôr teleológico” em sua obra original publicada em alemão (VAISMAN; FORTES, 2010). Conforme Vaisman e Fortes (2010, p. 20), “o que caracteriza e determina a especificidade da atividade humana é a transformação da atividade natural em uma ‘atividade posta’, ou seja, é a configuração objetiva de um fim previamente estabelecido – o *pôr teleológico*”.

<sup>ii</sup> Espiritual é usado aqui no sentido de mental ou intelectual.

<sup>iii</sup> Expressão latina que significa “agora ou nunca”.

<sup>iv</sup> Aqui usamos o termo no feminino pelo fato de que as mulheres são a maioria dos integrantes desta categoria, conforme DIEESE (2013).

---

<sup>v</sup> Proposta de emenda à Constituição que foi aprovada e posteriormente regulamentada pela lei complementar 150/2015.

<sup>vi</sup> Não desconsideramos as relações afetivas que podem ser estabelecidas entre os "patrões" e as "empregadas", mas trazer essa discussão para o texto traria uma questão complexa: o assédio sexual. Não estamos afirmando que todo empregador e toda a doméstica estabelecem relações afetivo-sexuais, apenas destacamos que esse seria um elemento que demandaria maiores reflexões, que não faremos nesse texto. Embora o filme analisado permita esse debate por meio da análise do assédio sofrido por Jéssica.